

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS 3º TRIMESTRE DE 2025





Veruska Ribeiro Machado **Reitora**

Cláudia Sabino Fernandes **Pró-Reitora de Administração**

Adriana Fabiana Rodrigues **Diretora de Administração**

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Igor Almeida Barbalho Coordenador-Geral de Contabilidade

Yalla Braga de Paula Coordenação-Geral de Contabilidade

Contadores responsáveis pela contabilidade dos campi

Lidianne Dias Silva Dos Santos Campus Brasília

Karen Cristina Alves Xavier *Campus* Ceilândia

Gilmara de Sousa Rodrigues *Campus* Estrutural

Clarice Peres dos Santos *Campus* Gama

Lucas Cardoso da Silva Coelho *Campus* **Planaltina**

Ubirajara Gusmão Sobrinho Júnior *Campus* Riacho Fundo

Elza Maria Rodrigues Leal *Campus* Samambaia



Vanessa Soares dos Santos Campus São Sebastião

Ana Paula Alves Rodrigues *Campus* **Taguatinga**

Daiane Mota Fernandes Campus Recanto das Emas



CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) foi criado em dezembro de 2008, por meio da Lei nº 11.892, passando a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, existente em todo o Brasil.

O IFB é uma instituição pública que oferece Educação Profissional gratuita, na forma de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), educação profissional técnica de nível médio e educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação, articulados a projetos de pesquisa e extensão. A estrutura multicampi do IFB faculta à instituição fixar-se em vários eixos tecnológicos, diversificando seu atendimento, em conformidade com a vocação econômica das regiões administrativas do Distrito Federal.

O IFB é composto por uma Reitoria e 10 *campi* distribuídos pelo Distrito Federal: Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Recanto das Emas.

A Reitoria do Instituto Federal de Brasília conta com cinco Pró-Reitorias: de Administração (PRAD), de Ensino (PREN), de Extensão e Cultura (PREX), de Gestão de Pessoas (PRGP) e de Pesquisa e Inovação (PRPI).



3º Trimestre de 2025

APRESENTAÇÃO

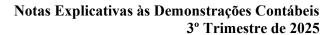
A elaboração das demonstrações contábeis e das notas explicativas referentes ao 3º trimestre de 2025 consolidam as informações de todas as Unidades Gestoras (UGs) do Órgão. Foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que as UGs utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

Sendo assim, a elaboração dessas demonstrações Contábeis e das Notas Explicativas tem como objetivo dar transparência referente às informações contábeis, patrimoniais, orçamentárias, econômicas e financeiras do IFB aos diversos usuários.

Portanto, serão abordadas as seguintes Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas:

- Balanço Patrimonial;
- Balanço Financeiro;
- Demonstração das Variações Patrimoniais;
- Balanço Orçamentário; e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Este documento foi o produto de análise dos dados contábeis apresentados no SIAFI. Os dados foram sintetizados em notas explicativas elaboradas em parceria com a PRAD e com os responsáveis pela contabilidade de todas as unidades do IFB.





BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas do IFB foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Além disso, foram observadas as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), bem como o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e nas demais normas aplicáveis.

As demonstrações contábeis consolidam as contas das UGs do IFB e foram elaboradas a partir das informações constantes no SIAFI.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFB, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP:

A) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem limite de saque com vinculação de pagamento, na conta única, e demais depósitos bancários.

B) Estoques

Os estoques compreendem o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

C) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação ou amortização (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.



Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

D) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).



1 — NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). O Balanço Patrimonial é composto por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d) Quadro do Superávit / Déficit Financeiro.

As estruturas das demonstrações contábeis dos anexos da Lei nº 4.320/1964 e da Portaria STN nº 438/2012 estão contidas nos quadros acima, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). A partir de então, no Balanço Patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.





TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2025

PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO 30/10/2025

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	25.165.105,43	22.658.204,28	PASSIVO CIRCULANTE	87.080.882,23	73.686.855,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.766.458,88	17.708.736,67	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	33.979.346,51	17.927.371,51
Créditos a Curto Prazo	926.832,49	1.689.371,77	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-		Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.273.836,11	436.844,26
Créditos de Transferências a Receber	-		Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	926.832,49	1.689.371,77	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	926.832,49	1.689.371,77	Provisões a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	51.827.699,61	55.322.640,00
Estoques a Curto Prazo	3.469.704,83	3.258.689,69		i i	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	2.109,23	1.406,15			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	282.840.672,81	282.829.224,98	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.908.122,88	8.634.829,85	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	7.908.122,88	8.634.829,85	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	7.908.122,88	8.634.829,85	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	7.908.122,88	8.634.829,85	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques a Longo Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-



Propriedades para Investimento	-	- TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	87.080.882,23	73.686.855,7
Propriedades para Investimento	-	-		
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	- PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	- ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
		Patrimônio Social e Capital Social	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		
		Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		
		Reservas de Capital	-	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-			
		Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	
Demais Investimentos Permanentes	-	-		
		Reservas de Lucros	-	
Demais Investimentos Permanentes	-			
		Demais Reservas	18.047.751,94	18.047.751,
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-			
		Resultados Acumulados	202.877.144,07	213.752.821



Imobilizado	273.910.609,15	272.942.236,68			
			Resultado do Exercício	-10.884.872,55	-11.772.017,58
Bens Móveis	47.252.486,51	51.069.189,04			
			Resultados de Exercícios Anteriores	213.752.821,55	185.273.345,21
Bens Móveis	136.740.325,73	134.441.209,28			
() Donate of the design of the second of the	-89.487.839,22	-83.372.020,24	Ajustes de Exercícios Anteriores	9.195,07	40.251.493,92
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-89.487.839,22	-83.372.020,24	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	_	_
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	\(\frac{1}{1} \)		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	220.924.896,01	231.800.573,49
Bens Imóveis	226.658.122,64	221.873.047,64			
Bens Imóveis	227.532.156,12	222.629.174,05			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-874.033,48	-756.126,41			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			



Intangível	1.021.940,78	1.252.158,
Softwares	1.021.800,78	1.252.018,45
Softwares	2.998.791,84	2.998.791,84
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-1.976.991,06	-1.746.773,39
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140,00	140,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140,00	140,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-



(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Patrimônio Cultural		-		
Patrimônio Cultural		-		
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural		-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-		



Diferido	-				
TOTAL DO ATIVO	308.005.778,24	305.487.429,26	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO	308.005.778,24	305.487.429,26

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Q	UADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES								
	ATIVO		PASSIVO						
	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024			
Α	TIVO FINANCEIRO	20.766.458,88	17.708.736,67	PASSIVO FINANCEIRO	107.056.550,41	53.604.618,82			
A	TIVO PERMANENTE	287.239.319,36	287.778.692,59	PASSIVO PERMANENTE	65.816.627,64	56.207.429,95			
				SALDO PATRIMONIAL	135.132.600,19	195.675.380,49			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2025	2024
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	55.295.208,02	75.720.009,08	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	170.818.293,86	141.452.987,47
Atos Potenciais Ativos	55.295.208,02	75.720.009,08	Atos Potenciais Passivos	170.818.293,86	141.452.987,47
Garantias e Contragarantias Recebidas	21.975.582,18	19.360.304,58	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	33.283.454,72	56.293.533,38	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	302.357,20	416.000,00



Outros Atos Potenciais Ativos TOTAL	55.295.208,02	75.720.009,08	Outros Atos Potenciais Passivos	170.818.293.86	141.452.987,47
Direitos Contratuais	36.171,12	66.171,12	Obrigações Contratuais	170.515.936,66	141.036.987,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Demonstrative Be del civiting in a new telephone of the bill the b	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-84.391.004,46
Recursos Vinculados	-1.899.087,07
Educação	-726.248,96
Previdência Social (RPPS)	-1.187.760,72
Fundos, Órgãos e Programas	14.922,61
TOTAL	-86.290.091,53
I I	l l



1.1 — Visão Geral do Balanço Patrimonial

De modo geral, observou-se um aumento considerável no passivo circulante do IFB até o 3º trimestre de 2025, em comparação com o balanço patrimonial de 2024, cujos dados são do fechamento do exercício, no fim do ano. O ativo circulante, por sua vez, teve um aumento menos substancial.

A seguir, apresenta-se individualmente os grupos que compõem o balanço patrimonial, destacando-se as variações mais significativas observadas entre os períodos.

1.2 — Ativo

O ativo total do órgão até o 3º trimestre de 2025 foi de R\$ 308 milhões, que, comparado ao valor de R\$ 305,49 milhões do término do ano anterior, teve um aumento de 0,82%.

1.2.1 — Ativo Circulante

A tabela abaixo apresenta a composição do ativo circulante nos períodos analisados:

Tabela 1 — Ativo Circulante — Composição

R\$

	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	20.766.458,88	17.708.736,67	17,27%	82,52%
Créditos a Curto Prazo	926.832,49	1.689.371,77	-45,14%	3,68%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques a Curto Prazo	3.469.704,83	3.258.689,69	6,48%	13,79%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	2.109,23	1.406,15	50,00%	0,01%
Total	25.165.105,43	22.658.204,28	11,06%	100%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

O ativo circulante apresentou um saldo de R\$ 25,17 milhões, com um aumento de 11,06% em comparação a 2024. Por padrão, o principal componente do grupo são



caixa e equivalentes de caixa, que, até o 3º trimestre de 2025, tiveram o valor de R\$ 20,77 milhões. A maior parte desse valor é referente ao limite de saque com vinculação de pagamento, em especial de valores referentes à folha de pagamento, que são recebidos no fim do mês e utilizados no começo do mês subsequente.

Os demais créditos e valores a curto prazo, compostos por adiantamentos salariais e adiantamentos de termo de execução descentralizada, tiveram uma redução de 45,14% em relação a 2024. A redução é justificada pelos adiantamentos solicitados por servidores no fim do ano devido a férias, o que ocorreu no período de 2024. O valor em 2025 foi de apenas R\$ 926,8 mil.

Os estoques do órgão, por sua vez, tiveram um aumento de 13,79% entre os períodos, totalizando R\$ 3,47 milhões até o 3º trimestre de 2025. Apesar da contratação de serviços de almoxarifado virtual, com entrega conforme a demanda, o IFB ainda mantém materiais de consumo para pronta utilização em suas unidades, com aquisições eventuais para suprir a necessidade imediata dos *campi*.

1.2.2 — Ativo Não Circulante

A tabela abaixo apresenta a composição do ativo não circulante nos períodos analisados:

Tabela 2 — Ativo Não Circulante — Composição

R\$

	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Ativo Realizável a Longo Prazo	7.908.122,88	8.634.829,85	-8,42%	2,80%
Investimentos	-	-		-
Participações Permanentes	-	-		-
Propriedades para Investimento	-	-		-
Imobilizado	273.910.609,15	272.942.236,68	0,35%	96,84%
Intangível	1.021.940,78	1.252.158,45	-18,39%	0,36%
Total	282.840.672,81	282.829.224,98	0,00%	100%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.



Até o 3º trimestre de 2025, o ativo não circulante apresentou um saldo de R\$ 282,84 milhões, o que não representou aumento significativo em relação ao exercício de 2024, indicando estabilidade no valor.

O ativo realizável a longo prazo teve uma redução de 8,42% em relação a 2024, chegando ao montante de R\$ 7,9 milhões no período analisado. Esse valor corresponde a adiantamentos concedidos a fundações para a realização de projetos com o IFB e é revisado com base no andamento dos projetos.

O imobilizado do IFB, composto pelos bens móveis e imóveis, teve o valor de R\$ 273,91 milhões e representou, portanto, o maior percentual do ativo, sendo 96,84% até o 3º trimestre de 2025. Comparado a 2024, houve um aumento de apenas 0,35%. O ativo intangível, por sua vez, totalizou R\$ 1,02 milhões em 2025 e teve uma redução de 18,39% entre os períodos, justificada pela amortização. Ambos os grupos são detalhados em notas específicas.

Atualmente, os cálculos de depreciação e amortização são realizados em planilha do Excel, a qual foi auditada e aprovada pela Auditoria Interna, utilizando o sistema de quotas constantes. Com base nisso, são realizados os devidos registros no SIAFI.

O IFB tem aplicado gradativamente as determinações contidas na NBC T 16.9 e NBC T 16.10. A aplicação efetiva ainda não foi possível, considerando que o módulo de sistema de controle patrimonial do sistema SUAP não foi implementado totalmente, o que impossibilitou o lançamento e realização dos cálculos que atendam ao previsto nas orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a respeito do tratamento contábil da depreciação, amortização, avaliação e mensuração de ativos e passivos. Porém, de qualquer modo, com a obrigação de utilização do Siads, o módulo do SUAP tornou-se obsoleto.

Os registros, cálculo, métodos e estimativa de vida útil do bem estão de acordo com as orientações da Macrofunção SIAFI/MF/STN nº 020330, que estabelece:



4.8 - A depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso.

[...]

6.5 - A depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual.

[...]

7.2 - O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, já que a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas. As empresas públicas e sociedades de economia mista devem seguir a Lei nº 6.404/76.

Dessa forma, para fins de cálculo da depreciação e da amortização, é utilizada a data de ateste, que é a data em que o bem é avaliado como em perfeitas condições de uso pelos responsáveis pelo seu recebimento.

De acordo com o Comunica MEC nº 2016/0581990, os softwares com vida útil definida sofrem amortização levando em consideração o período da licença. A CGCT pesquisou os processos de compras dos softwares para verificar o prazo da licença e posteriormente realizar o cálculo da amortização.

O órgão reconheceu a depreciação e amortização acumulada dos exercícios anteriores inicialmente em maio de 2016. A partir de então, a depreciação e amortização estão sendo calculadas mensalmente, inclusive para os bens que estão sendo adquiridos.

1.3 — Passivo

Não houve registro de passivo não circulante nos períodos analisados. Sendo assim, o passivo exigível foi composto integralmente pelo passivo circulante e teve o total de R\$ 87,08 milhões até o 3º trimestre de 2025. Isso representou um aumento de 18,18% em comparação ao exercício de 2024.

1.3.1 — Passivo Circulante



A tabela abaixo apresenta a composição do passivo circulante nos períodos analisados:

Tabela 3 — Passivo Circulante — Composição

R\$

	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	33.979.346,51	17.927.371,51	89,54%	39,02%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.273.836,11	436.844,26	191,60%	1,46%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	51.827.699,61	55.322.640,00	-6,32%	59,52%
Total	87.080.882,23	73.686.855,77	18,18%	100%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

O passivo circulante foi composto por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar; fornecedores e contas a pagar; e demais obrigações a curto prazo. O primeiro grupo correspondeu às obrigações do IFB com folha de pagamento de servidores, no qual houve um significativo aumento devido a reajustes e reestruturação de carreiras. O aumento entre os períodos analisados foi de 89,54%, chegando ao valor de R\$ 33,98 milhões até o 3º trimestre de 2025. Esse valor é provisionado no fim do mês e pago no início do mês subsequente.

Os fornecedores e contas a pagar a curto prazo estão detalhados em nota específica. Observou-se um aumento considerável de 191,6% no valor entre os períodos.

As demais obrigações a curto prazo foram o grupo mais substancial do passivo exigível, representando 59,52% da soma de passivo e patrimônio líquido até o 3º trimestre de 2025. O principal componente são as transferências financeiras a comprovar, que tiveram o valor de R\$ 45,89 milhões e foram constituídas por termos de execução descentralizada destinados a projetos.

1.4 — Patrimônio Líquido



A tabela abaixo apresenta a composição do patrimônio líquido nos períodos analisados:

Tabela 4 — Patrimônio Líquido — Composição

R\$

	30/09/2025	31/12/2024	AH	AV
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-
Demais Reservas	18.047.751,94	18.047.751,9	-	8,17%
Resultados Acumulados	202.877.144,07	213.752.821,55	-5,09%	91,83%
(-) Ações/Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
Total	220.924.896,01	231.800.573,49	-4,69%	100%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

O patrimônio líquido do IFB teve o valor de R\$ 220,92 milhões até o 3° trimestre de 2025, o que correspondeu a 71,73% do total da contrapartida aos ativos. Em comparação com o exercício de 2024, que teve o patrimônio líquido final de R\$ 231,8 milhões, houve uma redução de 4,69%.

A principal composição do patrimônio líquido são os resultados acumulados, que tiveram o valor total de R\$ 202,88 milhões no período de 2025 — 5,09% a menos que o valor acumulado no exercício anterior. A redução se dá pela diferença apurada entre VPDs e VPAs ao longo do exercício de 2025, conforme apresentado na nota explicativa de demonstração das variações patrimoniais.

As reservas do órgão mantiveram o valor de R\$ 18,05 milhões no período, sendo constituídas pela reserva de reavaliação de bens imóveis, administrada pela SPU.

1.5 — Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis, que são aqueles que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração de sua natureza, e bens imóveis, que não podem ser retirados sem destruição ou danos. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o



reconhecimento inicial, os bens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso. Para esse procedimento, é criada uma comissão específica para avaliar as condições do bem e posteriormente efetuar a baixa.

No 3° trimestre de 2025, o IFB apresentou um saldo de imobilizado de R\$ 273,91 milhões. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo para os exercícios de 2024 e 2025:

 $Tabela\ 5 - Imobilizado - Composição$

R\$

	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
Bens Móveis	47.252.486,51	51.069.189,04	-7 , 47%
(+) Valor Bruto Contábil	136.740.325,73	134.441.209,28	1,71%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(89.487.839,22)	(83.372.020,24)	7,34%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	
Bens Imóveis	226.658.122,64	221.873.047,64	2,16%
(+) Valor Bruto Contábil	227.532.156,12	222.629.174,05	2,20%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(874.033,48)	(756.126,41)	15,59%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	273.663.857,73	272.942.236,68	0,35%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

1.6.1 — Bens Móveis

No 3º trimestre de 2025, os bens móveis do IFB totalizaram R\$ 47,25 milhões em valor líquido. Sua distribuição está detalhada na tabela a seguir: 31/03/2025, os bens móveis do IFB totalizaram R\$ 48,38 milhões. Sua distribuição está detalhada na tabela a seguir:



Tabela 6 — Bens Móveis — Composição

R\$

	30/09/2025	31/12/2024	AH (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	32.427.983,72	31.705.530,44	2,28%
Bens de Informática	35.563.371,51	34.810.497,96	2,16%
Móveis e Utensílios	29.768.686,96	29.371.405,04	1,35%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	17.980.831,46	17.126.511,28	4,99%
Veículos	13.116.405,03	13.116.405,03	-
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	-	-	-
Bens Móveis em Almoxarifado	44.484,00	-	-
Armamentos	-	-	-
Semoventes e Equipamentos de Montaria	214.307,00	214.307,00	-
Demais Bens Móveis	7.624.256,05	8.096.552,53	-5,83%
Depreciação / Amortização Acumulada	(89.487.839,22)	(83.372.020,24)	7,34%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Total	47.252.486,51	51.069.189,04	-7,47%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Dos bens móveis registrados no IFB, desconsiderando a depreciação acumulada, os maiores saldos brutos são referentes a máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, que correspondem a 23,72% do valor total; bens de informática, que correspondem a 26,01%; e móveis e utensílios, que correspondem a 21,77%. A variação positiva mais significativa foi de material cultural, educacional e de comunicação, que aumentou em 4,6% em função principalmente da instalação do sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) nas unidades do IFB.

É importante ressaltar que, desde 2018, o IFB vem ajustando o saldo de bens móveis com base na realização de inventários por suas unidades. Esse saldo foi inicialmente atribuído a cada unidade do órgão a partir do levantamento realizado por comissões instauradas em 2016.

1.6.1.1 — Depreciação de Bens Móveis

A depreciação é calculada mensalmente pelo método das quotas constantes, conforme os procedimentos e dados apresentados na Macrofunção 020330 — DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIR. UNIÃO, AUT. E



FUND. Como o sistema de controle de inventário atualmente utilizado pelo órgão, o Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), é insuficiente para o registro da depreciação, os cálculos de depreciação estão sendo temporariamente realizados por meio de planilhas. Porém, o IFB está realizando a preparação para implantação do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial (Siads), que possui integração com o SIAFI.

Quanto às planilhas, o cálculo leva em consideração apenas meses inteiros, desconsiderando-se qualquer fração inferior a um mês. Com base no quantitativo de meses transcorridos e na taxa de depreciação mensal de cada conta contábil é calculado a depreciação acumulada dos bens. A depreciação mensal é lançada pela diferença entre valor acumulado do mês atual e o valor acumulado do mês anterior, levando em conta todas as casas decimais para que o valor liquido esteja sempre ajustado.

O valor atribuído para os bens é o valor total da nota fiscal liquidada e a data base para o cálculo é a data do ateste. Todas as informações inseridas na pasta de trabalho são retiradas do SIAFI.

Assim que a implantação do sistema de patrimônio estiver concluída, serão criadas comissões específicas para avaliar o valor residual, vida útil e efetuar a reavaliação dos ativos para ajustes de forma prospectiva, quando for o caso.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, caso o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

1.6.2 — Bens Imóveis

No 3º trimestre de 2025, os bens imóveis do órgão totalizaram R\$ 226,66 milhões em valores líquidos. Sua distribuição está detalhada na tabela a seguir:

Tabala	7	Dana	Imóveis —	Come	
i abeia	_ / —	- Dens	imoveis —	Comi	osicao

R\$



Bens de Uso Especial	49.508.129,23	49.508.129,23	-
Bens de Uso Comum do Povo	1.755.197,50	1.755.197,50	-
Bens Dominicais	-	-	-
Bens Imóveis em Andamento	167.815.258,21	162.912.276,14	3,01%
Instalações	8.451.101,18	8.451.101,18	-
Demais Bens Imóveis	-	-	-
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	2.470,00	2.470,00	-
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada	(874.033,48)	(756.126,41)	15,59%
Total	226.658.122,64	221.873.047,64	2,16%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

De acordo com a tabela acima, desconsiderando a depreciação acumulada, os bens imóveis em andamento corresponderam a 73,75% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no balanço patrimonial do IFB, perfazendo o montante bruto de R\$ 167,86 milhões no 3º trimestre de 2025. O valor, composto pelas diversas obras sendo conduzidas no âmbito do IFB, será reavaliado e reclassificado com base em orientações da SPU. Os documentos necessários para a reavaliação já foram solicitados aos órgãos competentes e estão em fase de regularização.

Considerando a natureza do órgão como instituição de ensino público brasileira, o saldo de R\$ 49,5 milhões de bens de uso especial é composto unicamente por imóveis de uso educacional, que representaram 21,76% do patrimônio imobiliário do IFB. Não houve variação no saldo entre o 3º trimestre de 2025 e o último trimestre de 2024, visto que não houve o reconhecimento de novos imóveis finalizados.

Tabela 8 — Bens de Uso Especial — Composição

R\$

	30/09/2025	31/12/2024	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	-	-	-
Terrenos, Glebas	-	-	-
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	49.508.129,23	49.508.129,23	-
Edificios	-	-	-
Complexos, Fábricas e Usinas	-	-	-
Imóveis Residenciais e Comerciais	-	-	-
Aeroportos, Estações e Aeródromos	-	-	-



Outros Bens Imóveis de Uso Especial

49.508.129,23 49.508.129,23

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

Total

Ressalta-se que somente o imóvel do Campus Gama (UG 152139) está cadastrado no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) até o momento, tendo em vista que as demais UGs ainda estão em processo de regularização com relação às escrituras e aos seus respectivos termos de doação.

1.6.2.1 — Depreciação de Bens Imóveis Cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, que são controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos órgãos federais. O sistema mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis, visto que é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências — exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$
, onde:



Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

1.7 — Intangível

Os ativos intangíveis do IFB são bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública, mensurados pelo custo de aquisição ou produção. Para ativos com vida útil definida, o valor contábil é apresentado líquido da respectiva amortização acumulada. O Instituto não possui ativos intangíveis gerados internamente nem obtidos a título gratuito.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes e licenças, bem como suas amortizações, reavaliações e reduções ao valor recuperável (*impairment*), são obrigatórios desde 01/01/2019, conforme estabelecido pelo Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP). O teste de *impairment* ou de redução ao valor recuperável não foi realizado, considerando que os softwares são adquiridos e utilizados por tempo determinado, sendo registrados como "Vida Útil Definida".

Em 30 de setembro de 2025, o saldo líquido contábil do subgrupo Ativo Intangível totalizou R\$1.021.940,78. Em comparação com o saldo de 31 de dezembro de 2024, que foi de R\$1.252.158,45, houve uma redução de 18,39%.

A Tabela 1 demonstra a composição e a variação do Ativo Intangível em relação ao final do exercício de 2024:



Tabela 9 — Intangível — Composição

R\$

	30/06/2025	31/12/2024	AH
Software com Vida Útil Definida	2.998.791,84	2.998.791,84	0,00%
Software com Vida Útil Indefinida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	140,00	140,00	0,00%
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(1.976.991,06)	(1.746.773,39)	13,18%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Total	1.021.940,78	1.252.158,45	-18,39%

Fonte: SIAFI.

O saldo líquido do ativo intangível apresentou uma redução de 18,39% no terceiro trimestre de 2025 em comparação com o saldo de fechamento de 2024. Essa diminuição deve-se exclusivamente ao aumento da amortização acumulada no período (R\$230.217,67, representando um aumento de 13,18% no saldo da amortização), visto que o valor bruto dos ativos permaneceu estável em R\$2.998.931,84.

O ativo "Software com Vida Útil Definida" representa a quase totalidade (aproximadamente 99,995%) do valor bruto dos ativos intangíveis do Órgão, com R\$2.998.791,84 em 30/09/2025. Os demais itens possuem valor residual.

Em resumo, o Ativo Intangível do Instituto Federal de Brasília, composto principalmente por softwares com vida útil definida, apresentou uma redução de 18,39% no terceiro trimestre de 2025, totalizando R\$1.021.940,78. Essa variação é atribuída exclusivamente ao aumento da amortização acumulada, enquanto o valor bruto dos ativos permaneceu inalterado.

1.8 — Fornecedores e Contas a Pagar



Ao final do terceiro trimestre de 2025, em 30 de setembro, o Instituto Federal de Brasília (IFB) registrou um saldo contábil de R\$ 1.273.836,11 na rubrica "Fornecedores e Contas a Pagar". Este valor representa as obrigações de curto prazo pendentes de pagamento, decorrentes da aquisição de bens e serviços necessários às atividades da instituição.

Em uma análise comparativa com o encerramento do exercício de 2024, quando o saldo era de R\$ 436.844,26, observa-se um aumento expressivo de R\$ 836.991,85, o que corresponde a uma variação positiva de 191,59%. Este crescimento reflete a intensificação das atividades operacionais e a execução orçamentária ao longo do exercício de 2025, com um ciclo natural de liquidação e pagamento de despesas que se concentra no decorrer do ano.

A totalidade das obrigações registradas em "Fornecedores e Contas a Pagar" é classificada no passivo circulante, indicando que seu vencimento ocorrerá no curto prazo (nos próximos doze meses). Adicionalmente, todas as obrigações foram contraídas junto a fornecedores nacionais.

Tabela 10 — Fornecedores e Contas a Pagar — Composição

R\$

	30/06/2025	31/12/2024	AH
Circulante	1.273.836,11	436.844,26	191,59%
Nacionais	1.273.836,11	436.844,26	191,59%
Total	1.273.836,11	436.844,26	191,59%

Fonte: SIAFI, 2024 e 2025.

A distribuição do saldo entre as Unidades Gestoras (UGs) demonstra uma concentração significativa na Reitoria, que centraliza os processos de pagamento de maior vulto, seguida pelos principais *campi* do Instituto.

Tabela 11 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora em 30/09/2025

UG	Unidade Gestora	Saldo (R\$)	Análise Vertical (%)



UG	Unidade Gestora	Saldo (R\$)	Análise Vertical (%)
158143	IFB - REITORIA	661.649,58	51,94%
152142	IFB - CAMPUS BRASÍLIA	211.506,95	16,60%
158501	IFB - CAMPUS PLANALTINA	117.520,28	9,23%
152147	IFB - CAMPUS RIACHO FUNDO	70.953,53	5,57%
152139	IFB - CAMPUS GAMA	47.449,31	3,72%
152146	IFB – CAMPUS ESTRUTURAL	46.489,08	3,65%
152140	IFB – CAMPUS TAGUATINGA NORTE	41.134,31	3,23%
152141	IFB – CAMPUS SAMAMBAIA	27.227,42	2,14%
152143	IFB – CAMPUS RECANTO DAS EMAS	20.926,56	1,64%
152144	IFB- CAMPUS SÃO SEBASTIAO	15.708,92	1,23%
152145	IFB – CAMPUS CEILANDIA	13.270,17	1,04%
Total		1.273.836,11	100,00%
		11	

Fonte: SIAFI (2025).



Análise: A Reitoria (UG 158143) é responsável por 51,94% do passivo com fornecedores, refletindo a centralização administrativa e financeira dos contratos corporativos. O Campus Brasília e o Campus Planaltina figuram como as unidades subsequentes com maior volume de obrigações a pagar.

A análise por credor evidencia que o saldo a pagar está concentrado em um grupo restrito de empresas, majoritariamente prestadoras de serviços continuados, como vigilância, limpeza e conservação.

Tabela 12 – Fornecedores e Contas a Pagar – Dez Principais Credores em 30/09/2025

Fornecedor	Saldo (R\$)	Análise Vertical (%)
R7 FACILITIES LTDA	453.505,57	35,60%
ARTNET INFORMATICA LTDA	225.182,65	17,68%
DURAES CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	119.671,18	9,39%
AOVS SISTEMAS DE INFORMATICA S.A.	103.349,24	8,11%
MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	88.065,50	6,91%
SEMPRE ALERTA AGENCIAMENTO DE MAO-DE- OBRA E SERVICOS GERAIS	67.620,75	5,31%
VERTICAL EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA	46.203,99	3,63%



Fornecedor	Saldo (R\$)	Análise Vertical (%)
XM CONSTRUCOES LTDA	44.484,00	3,49%
DEFENDER CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	34.768,58	2,73%
GOTHERM ENGENHARIA TERMICA LTDA	24.797,12	1,95%
Subtotal Top 10	1.207.648,58	94,80%

Fonte: SIAFI (2025).

Análise: Os dez principais fornecedores concentram 94,80% do total a pagar. As duas maiores credoras, R7 Facilities e Arnet Informática, respondem, juntas, por mais da metade (53,28%) do saldo total, demonstrando a relevância dos contratos para a estrutura de custos do IFB.

O saldo da conta "Fornecedores e Contas a Pagar" apresentou um aumento significativo de 191,59% ao final do terceiro trimestre de 2025 em comparação com o fechamento de 2024, alcançando R\$ 1,27 milhão. Esse crescimento está alinhado ao ciclo de execução orçamentária e de pagamentos do Instituto. A análise da composição revela que 100% das obrigações são de curto prazo e com fornecedores nacionais. A Reitoria centraliza a maior parte da dívida (51,94%), e um grupo de dez grandes fornecedores, majoritariamente de serviços continuados, responde por mais de 94% do valor total a pagar. Recomenda-se o acompanhamento contínuo do fluxo de pagamentos para garantir a adimplência e a saúde financeira da instituição.

1.9 — Obrigações Contratuais



Em 30 de setembro de 2025, o Instituto Federal de Brasília (IFB), Órgão 26428, registrou um saldo de R\$ 170.515.936,66 em suas obrigações contratuais. Este montante reflete as parcelas de contratos já firmados que serão executadas em exercícios futuros. A análise a seguir detalha a composição e distribuição desses valores.

A composição das obrigações contratuais do Instituto mantém uma forte concentração em contratos de "Serviços", que representam a quase totalidade do saldo a executar.

Tabela 13 – Obrigações Contratuais – Composição em 30/09/2025

Saldo 30/09/2025 (R\$)	Análise Vertical (%)
169.937.573,33	99,66%
556.820,84	0,33%
21.542,49	0,01%
170.515.936,66	100,00%
	169.937.573,33 556.820,84 21.542,49

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, Dados Contábeis (2025).

Análise Vertical:

• A análise da composição em 30 de setembro de 2025 demonstra que os contratos de Serviços são o principal componente das obrigações, correspondendo a 99,66% do total. Esta categoria usualmente engloba despesas de caráter continuado, como vigilância, limpeza e conservação, e outros serviços terceirizados essenciais ao funcionamento da instituição.



• As obrigações decorrentes de Fornecimento de Bens e Seguros possuem uma representatividade materialmente insignificante, somando juntas menos de 0,5% do saldo total.

A distribuição dos saldos por Unidade Gestora (UG) evidencia uma expressiva centralização dos contratos na Reitoria, que é responsável pela gestão da maior parte das obrigações do IFB.

Tabela 14 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora em 30/09/2025

UG	Unidade Gestora	Saldo 30/09/2025 (R\$)	Análise Vertical (%)
158143	IFB - REITORIA	134.301.185,00	78,76%
158501	IFB - CAMPUS PLANALTINA	12.677.628,52	7,44%
152142	IFB - CAMPUS BRASILIA	8.589.604,55	5,04%
152141	IFB - CAMPUS SAMAMBAIA	2.704.628,53	1,59%
152140	IFB - CAMPUS TAGUATINGA	2.493.817,01	1,46%
152139	IFB – CAMPUS GAMA	2.220.827,83	1,30%
152143	IFB – CAMPUS RECANTO DAS EMAS	2.058.150,83	1,21%
152145	IFB – CAMPUS CEILANDIA	2.000.360,54	1,17%



UG	Unidade Gestora	Saldo 30/09/2025 (R\$)	Análise Vertical (%)
152146	IFB – CAMPUS ESTRUTURAL	1.486.690,92	0,87%
152144	IFB – CAMPUS SÃO SEBASTIAO	1.103.908,64	0,65%
152147	IFB – CAMPUS RIACHO FUNDO	879.134,29	0,52%
Total		170.515.936,66	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, Dados Contábeis (2025).

Análise:

- A Reitoria (UG 158143) concentra 78,76% do saldo total das obrigações contratuais, o que demonstra seu papel central na celebração de contratos corporativos e de maior vulto que atendem a todo o Instituto.
- O Campus Planaltina (158501) e o Campus Brasília (152142) aparecem na sequência como as unidades com os maiores volumes de obrigações, representando 7,44% e 5,04% do total, respectivamente. As demais unidades, somadas, correspondem a 5,71% do saldo.

A análise por credor revela uma alta concentração dos saldos em um número reduzido de fornecedores, principalmente de serviços continuados e obras.

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – Principais Contratados

Contratado	Saldo 3 (R\$)	Análise Vertical (%)



Contratado	Saldo 30/09/2025 (R\$)	Análise Vertical (%)
SEMPRE ALERTA SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA	55.625.219,92	32,62%
R7 FACILITIES	25.599.171,27	15,01%
VERTICAL VIGILANCIA LTDA	20.116.043,35	11,80%
MURANO CONSTRUCOES LTDA	9.397.919,34	5,51%
DEFENDER CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA	6.279.011,36	3,68%
LIDA	5./32.114,54	3,36%
DURAES CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA	4.527.994,55	2,66%
EVOLUCAO CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO LTDA	4.481.249,98	2,63%
		2,03%
NEOENERGIA DISTRIBUICAO BRASILIA S.A.	3.164.794,07	1,86%
Subtotal Top 10	138.377.642,61	81,16%



Fonte: Tesouro Gerencial, SIAFI, Dados Contábeis (2025).

Análise:

- Os dez maiores contratos em termos de saldo a executar somam R\$ 138,38 milhões, o que representa 81,16% do total das obrigações contratuais do IFB, indicando uma forte dependência de um grupo restrito de fornecedores.
- Os três maiores saldos pertencem a empresas de vigilância e serviços terceirizados (Sempre Alerta, R7 Facilities e Vertical Vigilância), somando juntos mais de 60% do total.
- Contratos relevantes de obras e engenharia (Murano, Defender, Vila Rica, Duraes, Evolução, ASWN) também figuram com destaque, refletindo os investimentos em infraestrutura realizados pelo Instituto.

Em 30 de setembro de 2025, as obrigações contratuais do IFB totalizavam R\$ 170,52 milhões. A análise demonstra uma estrutura de endividamento contratual fortemente concentrada em serviços continuados, gerenciados de forma centralizada pela Reitoria e executados por um pequeno número de grandes fornecedores. Esta característica ressalta a importância de uma gestão fiscal e contratual rigorosa sobre esses contratos, que são vitais para as atividades finalísticas da instituição.



2 — NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- a) a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte e destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- b) os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários;
- c) as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS; e
- d) o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.





TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2025

PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO 16/10/2025

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÉNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	314.731,58	990.268,12	Despesas Orçamentárias	334.474.085,54	332.094.344,18
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	328.001.940,99	325.536.828,89
Recursos Vinculados	314.895,88	990.579,96	Recursos Vinculados	6.472.144,55	6.557.515,29
Educação	298.963,88	851.585,66	Educação		1.450.218,56
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	5.965.635,40	5.068.191,00
Fundos, Órgãos e Programas	15.932,00	138.994,30	Fundos, Órgãos e Programas	506.509,15	39.105,73
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-164,30	-311,84			
Transferências Financeiras Recebidas	306.576.997,04	274.993.704,81	Transferências Financeiras Concedidas	23.603.695,74	24.841.224,22
Resultantes da Execução Orçamentária	275.953.587,38	241.237.319,21	Resultantes da Execução Orçamentária	17.224.871,89	18.931.258,90
Repasse Recebido	258.758.715,49	222.306.060,31	Repasse Concedido	30.000,00	
Sub-repasse Recebido	17.194.871,89	18.931.258,90	Sub-repasse Concedido	17.194.871,89	18.931.258,90
Independentes da Execução Orçamentária	30.623.409,66	33.756.385,60	Independentes da Execução Orçamentária	6.378.823,85	5.909.965,32
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	29.775.050,12	32.478.678,60	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.888.558,32	4.819.236,80
Demais Transferências Recebidas		419,60	Movimento de Saldos Patrimoniais	490.265,53	1.090.728,52



Movimentação de Saldos Patrimoniais	848.359,54	1.277.287,40	Aporte ao RPPS	- 1	- 1
Aporte ao RPPS	040.000,04	1.211.201,40	Aporte ao RGPS	-	
i i	•		Apolle do Nor o	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	95.684.381,56	125.267.815,25	Pagamentos Extraorçamentários	41.440.606,69	48.966.661,34
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	17.799.736,47	16.279.857,81	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	16.642.021,85	20.933.822,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	75.429.794,65	108.549.994,02	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	24.471.837,52	27.744.196,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.359.009,98	358.712,42	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	316.747,32	288.642,72
Outros Recebimentos Extraorçamentários	95.840,46	79.251,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	10.000,00	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		1.151,23	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	10.000,00	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	455,09				
Arrecadação de Outra Unidade	95.385,37	78.099,77			
Saldo do Exercício Anterior	17.708.736,67	20.208.094,26	Saldo para o Exercício Seguinte	20.766.458,88	15.557.652,70
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.708.736,67	20.208.094,26	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.766.458,88	15.557.652,70
TOTAL	420.284.846,85	421.459.882,44	TOTAL	420.284.846,85	421.459.882,44



2.1 — Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias foram compostas integralmente por recursos vinculados, que sofreram uma redução de 68,22%, passando de R\$ 990.268,12 em 2024 para R\$ 314.731,58 em 2025. A maior parte dessa queda ocorreu na arrecadação ligada à Educação, que diminuiu 64,89%.

Até o 3º Trimestre de 2025, 94,99% das receitas orçamentárias foram originárias de atividades da educação, enquanto 5,06% corresponderam a recursos vinculados a fundos, órgãos e programas. O percentual não totaliza 100% devido a deduções de R\$ 164,30, referentes a retificações e descontos de GRU.

2.2 — Transferências Financeiras Recebidas

As transferências financeiras recebidas, principal fonte de recursos do IFB, representaram 76,15% dos ingressos até o 3º trimestre de 2025 desconsiderando a Saldo do Exercício Anterior. Houve um aumento de 11,49% em comparação ao mesmo período de 2024, totalizando R\$ 306,6 milhões. Esse grupo é composto majoritariamente por repasses do Tesouro Nacional, e seu crescimento é fundamental para cobrir despesas correntes, reajustes e novos investimentos alinhados à missão educacional do Instituto.

2.3 — Recebimentos Extraorçamentários

Este grupo, que inclui ingressos não previstos no orçamento, como a inscrição de restos a pagar, teve uma redução de 23,62%, passando de R\$ 125,3 milhões em 2024 para R\$ 95,7 milhões em 2025. A principal causa foi a diminuição de 30,51% na inscrição de "Restos a Pagar Não Processados". No entanto, a inscrição de "Restos a Pagar Processados" cresceu 9,34%, indicando um aumento no volume de despesas que foram liquidadas, mas não pagas dentro do exercício.

2.4 — Despesas Orçamentárias



As despesas orçamentárias do balanço financeiro incluem despesas ordinárias, destinadas a diversas finalidades, como custeio e investimentos; e despesas vinculadas, destinadas a finalidades específicas, estabelecidas por lei. As despesas orçamentárias totalizaram R\$ 334,5 milhões, um aumento de 0,72% em relação a 2024.

No 3º Trimestre de 2025, as despesas com recursos não vinculados corresponderam a 98,06% do total. As despesas vinculadas, que representaram 1,94%, foram majoritariamente destinadas à Previdência Social (RPPS), com um montante de R\$ 5,97 milhões, um aumento de 17,71% em relação a 2024.

2.5 — Transferências Financeiras Concedidas

O total de transferências financeiras concedidas teve uma redução de 4,98%, totalizando R\$ 23,6 milhões em 2025.

No 3º Trimestre de 2025, 72,98% das transferências resultaram da execução orçamentária, majoritariamente como sub-repasses concedidos a outras entidades. Os 27,02% restantes foram independentes da execução orçamentária, destinados principalmente ao pagamento de restos a pagar.

2.6 — Pagamentos Extraorçamentários

Os pagamentos extraorçamentários reduziram 15,37%, caindo de R\$ 49 milhões em 2024 para R\$ 41,4 milhões em 2025. Essa queda foi influenciada principalmente pela redução de 20,50% no pagamento de restos a pagar processados e de 11,79% nos não processados. O IFB busca sempre aprimorar a execução do orçamento, mas a inscrição de despesas em restos a pagar ainda é necessária para arcar com gastos na mudança de exercícios.

2.7 — Resultado Financeiro

Considerando que os ingressos totais foram superiores aos dispêndios, o saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 20,8 milhões, um aumento de 33,48% em relação ao saldo de R\$ 15,6 milhões apurado no mesmo período de 2024. Este resultado positivo



fortalece a posição de caixa do IFB, garantindo maior segurança para a continuidade e o aprimoramento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.



3 — NOTA EXPLICATIVA DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- O Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Ele é composto por:
 - a) Quadro Principal;
 - b) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
 - c) Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

O Balanço Orçamentário detalha as receitas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.





TITULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA

ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO SUPERIOR

EXERCICIO 2025

PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO 30/10/2025 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA										
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PREVISÃO INICIAL PREVISÃO ATUALIZADA RECEITAS REALIZADAS SALDO										
RECEITAS CORRENTES	2.214.830,00	2.214.830,00	314.731,58	-1.900.098,42						
Receita Tributária	-	-	-							
Impostos	-	-	-							
Taxas	-	-	-							
Contribuições de Melhoria	-	-	-							
Receita de Contribuições	-	-	-							
Contribuições Sociais	-	-	-							
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-							
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-							
Receita Patrimonial	183.521,00	183.521,00	7.345,70	-176.175,30						
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	183.521,00	183.521,00	7.345,70	-176.175,30						
Valores Mobiliários	-	- 1	-							
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-							
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-							
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-							



Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	45.792,00	45.792,00	-	-45.792,00
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	985.517,00	985.517,00	7.584,08	-977.932,92
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	985.517,00	985.517,00	7.584,08	-977.932,92
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-1.000.000,00
Outras Receitas Correntes	-	-	299.801,80	299.801,80
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	299.801,80	299.801,80
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-1.000.000,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-1.000.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-



SUBTOTAL DAS RECEITAS	3.214.830,00	3.214.830,00	314.731,58	-2.900.098,42
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.214.830,00	3.214.830,00	314.731,58	-2.900.098,42
DÉFICIT			334.159.353,96	334.159.353,96
TOTAL	3.214.830,00	3.214.830,00	334.474.085,54	331.259.255,54
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	29.856.981,00	-	-29.856.981,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	29.856.981,00	-	-

DESPESA									
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO			
DESPESAS CORRENTES	329.178.309,00	362.372.716,00	331.677.006,78	258.964.888,57	241.212.831,13	30.695.709,22			
Pessoal e Encargos Sociais	262.410.563,00	289.590.722,00	275.595.203,88	218.946.975,24	204.264.211,30	13.995.518,12			
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-			
Outras Despesas Correntes	66.767.746,00	72.781.994,00	56.081.802,90	40.017.913,33	36.948.619,83	16.700.191,10			
DESPESAS DE CAPITAL	44.851.685,00	41.514.259,00	2.797.078,76	79.402,32	31.723,29	38.717.180,24			
Investimentos	44.851.685,00	41.514.259,00	2.797.078,76	79.402,32	31.723,29	38.717.180,24			
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-				
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-				
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-			
SUBTOTAL DAS DESPESAS	374.029.994,00	403.886.975,00	334.474.085,54	259.044.290,89	241.244.554,42	69.412.889,46			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-			
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-			



Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	374.029.994,00	403.886.975,00	334.474.085,54	259.044.290,89	241.244.554,42	69.412.889,46
TOTAL	374.029.994,00	403.886.975,00	334.474.085,54	259.044.290,89	241.244.554,42	69.412.889,46

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.148.073,09	19.487.454,88	18.869.839,26	18.441.585,84	442.487,87	4.751.454,26
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.349,87	-	-	1.349,87	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.148.073,09	19.486.105,01	18.869.839,26	18.441.585,84	441.138,00	4.751.454,26
DESPESAS DE CAPITAL	874.241,25	11.615.423,78	6.196.849,75	6.030.251,68	253.514,95	6.205.898,40
Investimentos	874.241,25	11.615.423,78	6.196.849,75	6.030.251,68	253.514,95	6.205.898,40
Inversões Financeiras	-	-		-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.022.314,34	31.102.878,66	25.066.689,01	24.471.837,52	696.002,82	10.957.352,66

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.446,09	16.317.363,13	16.263.737,05	•	55.072,17
Pessoal e Encargos Sociais	1.178,59	14.390.901,62	14.390.901,62	-	1.178,59
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-



Inversões Financeiras Amortização da Dívida TOTAL		1			í l
	1.446,09	16.695.647,93	16.642.021,85	-	55.072,17
Inversões Financeiras	- 1	-	=	-	-
	-	-	-	-	-
Investimentos	-	378.284,80	378.284,80	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	378.284,80	378.284,80	-	-
Outras Despesas Correntes	267,50	1.926.461,51	1.872.835,43	-	53.893,58



3.1 — Receitas

Após a sanção da Lei Orçamentária Anual de 2025, a Lei nº 15.121/2025, em 10 de abril de 2025, foi registrada a previsão das receitas no balanço orçamentário. O registro foi realizado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF) somente no dia seguinte à sanção da lei. Os valores foram indicados com base em série histórica e nas expectativas do órgão para o exercício.

Ressalta-se que as receitas do IFB são insuficientes para fazer face às despesas, visto que o órgão público não depende da própria atividade para arcar com seus gastos, e sim da dotação orçamentária atribuída a ele. Essa dotação não é registrada como receita no balanço orçamentário. Considerando essa discrepância, o órgão teve um déficit de R\$ 334,16 milhões até o 3º trimestre do ano.

3.1.1 — Receitas Correntes

A previsão inicial indicada pelo órgão para as receitas correntes no exercício de 2025 foi no valor de R\$ 2,21 milhões. Até o 3º trimestre de 2025, esse valor foi mantido, pois a realização dessas receitas foi de R\$ 314,7 mil. Portanto, somente 14,21% das receitas previstas foram realizadas até o momento.

No valor realizado, destacaram-se as outras receitas correntes, que tiveram o total de R\$ 299,8 mil, constituídos principalmente por indenizações, restituições e ressarcimentos. Foram, em geral, valores restituídos ao IFB por meio de GRUs. Futuramente, espera-se um aumento desse valor, considerando que os recursos devolvidos por fundações executoras de projetos em parceria com o IFB serão tratados como receita de fonte própria, conforme orientação repassada pelo Ministério da Educação (MEC).

3.1.2 — Receitas de Capital



A previsão de receitas de capital para o exercício de 2025 foi de R\$ 1 milhão, considerando a possibilidade de transferências de capital. Não houve, porém, realização desse tipo de receita até o 3º trimestre do ano.

3.2 — Despesas

No balanço orçamentário, as despesas são classificadas como despesas corrente e despesas de capital. Não há registro de eventuais valores destinados a reservas ou à amortização de dívidas.

Consideram-se realizadas as despesas que foram pagas, pois passaram por todas as fases de execução da despesa: empenho, liquidação e pagamento. No 3º trimestre de 2025, o IFB passou a executar despesas de capital.

3.2.1 — Despesas Correntes

A dotação orçamentária atualizada para despesas correntes até o 3° trimestre de 2025 foi de R\$ 362,37 milhões, dos quais R\$ 241,21 milhões foram realizados. Isso representou o percentual de 66,56% da dotação, 72,73% do valor empenhado e 93,14% do valor liquidado.

A maioria das despesas do IFB correspondem aos gastos com pessoal e encargos sociais, que, até o 3º trimestre do exercício, tiveram o valor dotado de R\$ 289,59 milhões, dos quais R\$ 204,26 milhões foram pagos.

As outras despesas correntes são caracterizadas como custeio das atividades administrativas e operacionais do órgão, como despesas com obras, serviços, aquisição de materiais, concessão de bolsas de estudo e afins. Tiveram a dotação atualizada de R\$ 72,78 milhões, dos quais, até o 3º trimestre de 2025, R\$ 36,95 milhões foram realizados.

3.2.2 — Despesas de Capital

O total da dotação atualizada até o 3º trimestre para as despesas de capital foi de R\$ 41,51 milhões. Houve empenhos no valor total de R\$ 2,8 milhões, referentes



primariamente a execução de obras e à adequação de sistemas de prevenção e combate a incêndios, com realização, até o momento, de somente R\$ 31,7 mil.

3.3 — Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas no exercício. São classificados em processados, quando já foram liquidados, ou não processados, quando ainda estão pendentes de liquidação.

Ressalta-se que são inscritas em restos a pagar as despesas com fato gerador em dezembro, mas cujo pagamento só pode ocorre no mês seguinte, como é o caso da folha de pessoal e dos serviços continuados.

A tabela abaixo apresenta a inscrição de restos a pagar pelo IFB, demonstrando o valor discriminado por Unidade Gestora e englobando tanto restos a pagar processados quanto não processados:

Tabela 16 — Execução dos restos a pagar por Unidade Gestora

R\$

UG	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	AV do Saldo
152139 — <i>Campus</i> Gama	1.256.844,32	0,00	448.836,77	41.060,60	766.946,95	7,40%
152140 — Campus Taguatinga Norte	757.597,64	1.428,00	487.930,55	7.555,02	260.684,07	2,52%
152141 — Campus Samambaia	675.053,87	0,00	400.640,08	10.565,17	263.848,62	2,55%
152142 — Campus Brasília	1.367.627,30	12.632,30	1.123.638,39	17.431,03	213.925,58	2,06%
152143 — Campus Recanto das Emas	848.841,42	1.819,32	460.861,66	17.013,53	369.146,91	3,56%
152144 — Campus São Sebastião	731.200,91	1.768,00	360.362,57	15.951,79	353.118,55	3,41%
152145 — Campus Ceilândia	798.618,43	0,00	474.355,78	97.923,18	226.339,47	2,18%
152146 — Campus Estrutural	758.092,83	21.097,69	507.833,87	9.748,81	219.412,46	2,12%
152147 — Campus Riacho Fundo	1.027.471,73	769,37	411.764,13	91.166,13	523.772,10	5,05%
158143 — Reitoria	42.757.675,52	610.071,14	34.871.682,25	329.462,67	6.946.459,46	67,03%
158501 — Campus	1.843.263,05	337,84	1.565.953,32	58.124,89	218.847,00	2,11%



Planaltina						
Total	52.822.287,02	649.923,66	41.113.859,37	696.002,82	10.362.501,17	100%

Fonte: Tesouro Gerencial.

Por ser a setorial contábil e orçamentária do órgão, a Reitoria é a Unidade Gestora que possui o maior volume de restos a pagar, representando 67,03% do saldo total.

A tabela abaixo mostra a composição dos restos a pagar no IFB por grupo de despesa:

Tabela 17 — Execução dos restos a pagar por grupo de despesa

Grupo de Despesa	Inscrito	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	AV do Saldo
Pessoal e encargos sociais	14.393.430,08	1.178,59	14.390.901,62	1.349,87	0,00	-
Outras despesas correntes	25.560.907,11	482.147,00	20.314.421,27	441.138,00	4.323.200,84	41,72%
Investimentos	12.867.949,83	166.598,07	6.408.536,48	253.514,95	6.039.300,33	58,28%
Total	52.822.287,02	649.923,66	41.113.859,37	696.002,82	10.362.501,17	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Constata-se que o saldo remanescente de restos a pagar inscritos no grupo Pessoal e Encargos Sociais foi cancelado, restando assim saldos apenas dos grupos Outras Despesas Correntes, que representou 41,72% do saldo total, e Investimentos, que representou 58,28%.

A tabela abaixo apresenta os 10 maiores saldos de restos a pagar, segregando-os por favorecido:

Tabela 3 — 10 favorecidos com maiores saldos de restos a pagar

Favorecido Inscrito		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	AV do Saldo
CENTRAL VIDROS E MOLDURAS LTDA	258.070,45	0,00	0,00	0,00	236.650,00	2,49%
IFB - CAMPUS RECANTO DAS EMAS	278.466,82	0,00	10.387,00	820,56	258.070,45	2,58%



SCHNEIDER ELECTRIC BRASIL LTDA	1.758.258,75	34.769,20	1.427.403,50	0,00	267.259,26	2,86%
PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	788.085,27	4.760,51	446.023,07	0,00	296.086,05	3,26%
ORX CONSTRUCAO LTDA	650.761,86	16.174,93	260.319,57	0,00	337.301,69	3,61%
PRO VIDA SOLUCOES E SERVICOS LTDA	387.809,18	0,00	0,00	0,00	374.267,36	3,74%
MATRIZ SHOPPING DOS MOVEIS LTDA.	1.363.100,00	0,00	833.000,00	0,00	387.809,18	5,12%
GOTHERM ENGENHARIA TERMICA LTDA	966.502,03	29.748,83	66.576,74	0,00	530.100,00	8,40%
ASWN ENGENHARIA LTDA	3.324.152,30	20.814,30	935.061,47	0,00	870.176,46	22,85%
DURAES CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA	4.300.211,68	122.113,45	1.251.988,12	0,00	2.368.276,53	28,24%
TOTAL	52.822.287,02	649.923,66	41.113.859,37	696.002,82	10.362.501,17	100%

Fonte: Tesouro Gerencial

Observa-se, portanto, que a maior composição do saldo de restos a pagar é referente a obras e investimentos com execução plurianual.

3.3.1 — Explicação sobre o excesso de inscrição de restos a pagar

O IFB, considerando o princípio da anualidade, vem envidando esforços no sentido de reduzir, a cada ano, o saldo de despesas inscritas em restos a pagar. Os gestores são instruídos a analisar individualmente os empenhos e a respectiva necessidade de sua inscrição. Ademais, os contratos referentes a diversos exercícios requerem a inscrição do empenho em restos a pagar para que haja garantia da execução da despesa.

O saldo apresentado acima refere-se, em grande parte, a investimentos em obras licitadas no final do Exercício e outras ainda em andamento nas diversas unidades deste Instituto. O saldo em despesas correntes, por sua vez, refere-se, principalmente, a



projetos de pesquisa e extensão realizados por este Instituto. A execução de projetos de pesquisa e extensão pode durar mais de um exercício financeiro, tornando-se necessária a manutenção de saldos em restos a pagar. Cabe destacar que eventualmente os projetos também geram despesas de investimento. Parte do saldo em despesas correntes refere-se a contratos continuados de serviços terceirizados aguardando a emissão de documentos fiscais para liquidação e posterior pagamento. Desta forma, registra-se que existe interesse da Instituição em receber os produtos/serviços a que se refere o saldo de restos a pagar.

3.3.2 — Explicação sobre o atraso na execução dos restos a pagar

A plurianualidade na execução de projetos no âmbito do IFB implica no atraso na execução dos restos a pagar. Os pagamentos das parcelas das obras do IFB são realizados à medida em as etapas do cronograma são concluídas. Contudo, por falta de insumos na área da construção civil, algumas obras foram paralisadas. Apesar dos esforços dos setores responsáveis, houve atrasos na conclusão das etapas, o que impede o pagamento das parcelas correspondentes.

Além disso, os projetos de pesquisa e extensão também necessitam de prazos mais longos para a liquidação das despesas decorrentes dessas atividades.

O fornecimento de bens e serviços contratados, mas que não foram entregues ou prestados, estão sendo analisados pelos setores requisitantes para posterior cancelamento dos saldos não executados.

3.3.3 — Explicação sobre a sobra de saldos irrisórios em empenhos

Os valores eventualmente considerados irrisórios são oriundos da supressão de serviços ou fornecimento de bens.

O IFB vem, de forma regular, realizando trabalho de apuração e análise dos empenhos inscritos em restos a pagar, o que resulta no cancelamento de saldos não ajustados na época do encerramento da contratação.



4 — NOTA EXPLICATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identificará:

- a) as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- b) os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- c) o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa. A DFC é composta por:

- a) Quadro Principal;
- b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
- c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
- d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e
- e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.





TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2025

PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO 16/10 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
UXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.497.981,98	9.179.053,
INGRESSOS OPERACIONAIS	309.346.579,06	276.420.785,
Receita Tributária	_	
Receita de Contribuições	_	
Receita Patrimonial	7.345,70	68.051,
Receita Agropecuária	· .	63.591,
Receita Industrial	_	
Receita de Serviços	7.584,08	7.001,
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias	299.801,80	851.623
Transferências Recebidas	_	
Intergovernamentais Recebidas	_	
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais Recebidas		
Outras Transferências Recebidas	_	
Outros Ingressos Operacionais	309.031.847,48	275.430.517
Ingressos Extraorçamentários	2.359.009,98	358.712
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	455,09	330.712
Transferências Financeiras Recebidas	306.576.997,04	274.993.704
Arrecadação de Outra Unidade	95.385,37	78.099
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-299.848.597,08	-267.241.731
Pessoal e Demais Despesas	-245.325.153,15	-214.721.611
Legislativo	-	
Judiciário	-	
Essencial à Justiça	-	
Administração	-506.177,99	-523.656
Defesa Nacional	-	
Segurança Pública	-4.272.820,42	-644.365
Relações Exteriores	-	
Assistência Social	-	
Previdência Social	-4.935.199,82	-4.190.317
Saúde	-	
Trabalho	-	
Educação	-234.636.564,39	-207.518.696
Cultura	-	
Direitos da Cidadania	-650.350,53	-1.175.156
Urbanismo	-	
Habitação	-	
Saneamento	-	
Gestão Ambiental	-	
Ciência e Tecnologia	-314.040,00	
Agricultura	_	-654.310



Ormanização Agrásia	1	16 260 16
Organização Agrária Indústria	-	-16.260,16
	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-10.000,00	1.151,23
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-30.603.000,87	-27.390.252,71
Intergovernamentais Concedidas	-	
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	_	
Intragovernamentais Concedidas	-30.573.610,87	-27.330.768,71
Outras Transferências Concedidas	-29.390,00	-59.484,00
Outros Desembolsos Operacionais	-23.920.443,06	-25.129.866,94
Dispêndios Extraorçamentários	-316.747,32	-288.642.72
Transferências Financeiras Concedidas	-23.603.695,74	-24.841.224,22
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.440.259.77	-13.829.495,23
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	
Alienação de Bens	_	_
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	_	_
Outros Ingressos de Investimentos	-	
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-6.440.259,77	-13.829.495,23
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.633.844,66	-12.857.095.23
	-5.633.644,66	-12.057.095,23
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-806.415,11	-972.400,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.057.722,21	-4.650.441,56
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	17.708.736,67	20.208.094,26
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	20.766.458,88	15.557.652,70
		,-



4.1 — Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

- Comparativo (Análise Horizontal): No terceiro trimestre de 2025, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais foi positivo em R\$ 9.497.981,98, um leve aumento de 3,47% em relação ao resultado também positivo de R\$ 9.179.053,67 no mesmo período de 2024.
 - Os Ingressos Operacionais totais cresceram 11,91%, passando de R\$ 276.420.785,12 em 2024 para R\$ 309.346.579,06 em 2025. O aumento foi impulsionado principalmente pelas "Transferências Financeiras Recebidas", que subiram 11,48%, representando um acréscimo de R\$ 31.583.292,23.
 - Destaca-se o aumento expressivo de 557,63% nos "Ingressos Extraorçamentários", que passaram de R\$ 358.712,42 para R\$ 2.359.009,98.
 - Em contrapartida, a "Receita Patrimonial" apresentou uma queda acentuada de 89,21%.
 - Os Desembolsos Operacionais totais aumentaram 12,20%, passando de R\$ 267.241.731,45 em 2024 para R\$ 299.848.597,08 em 2025. O grupo "Pessoal e Demais Despesas" cresceu 14,25%. Dentro deste, os gastos com "Educação" aumentaram 13,07%, "Previdência Social" 17,78% e a despesa com "Segurança Pública" cresceu 563,10%.
 - As "Transferências Concedidas" subiram 11,73%, enquanto os "Outros Desembolsos Operacionais" tiveram uma redução de 4,81%.

• Análise Vertical (3° Trimestre 2025):



- O Ingressos: As "Transferências Financeiras Recebidas" representaram 99,10% do total dos ingressos operacionais, reafirmando a alta dependência de repasses financeiros para a instituição. As demais fontes de receita tiveram participação residual.
- O Desembolsos: O principal destino dos recursos foi o grupo "Pessoal e Demais Despesas", que correspondeu a 81,82% do total desembolsado. Dentro deste grupo, a função "Educação" concentrou 78,25% de todos os desembolsos operacionais. "Transferências Concedidas" representaram 10,21% e "Outros Desembolsos Operacionais" 7,98% do total.

4.2 — Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Compreende a diferença entre os ingressos de caixa provenientes da alienação de bens e amortização de empréstimos e financiamentos, e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

- Comparativo (Análise Horizontal): O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um consumo líquido de recursos de R\$ 6.440.259,77 em 2025. Este valor representa uma redução de 53,43% no volume de investimentos em comparação ao desembolso de R\$ 13.829.495,23 em 2024. A principal causa para essa diminuição foi a queda de 56,18% nos gastos com "Aquisição de Ativo Não Circulante".
 - O Do ponto de vista estritamente financeiro, a redução do desembolso contribuiu para a melhora na geração líquida de caixa no período. Contudo, sob a ótica da missão institucional, uma redução contínua dos investimentos pode ser um ponto de atenção, pois pode indicar uma desaceleração na expansão e modernização da infraestrutura da instituição.



- Não foram registrados ingressos de investimentos em nenhum dos períodos.
- Análise Vertical (3º Trimestre 2025): Os desembolsos de investimento foram compostos por "Aquisição de Ativo Não Circulante" (87,48%) e "Outros Desembolsos de Investimentos" (12,52%).

4.3 — Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento

Compreende a diferença entre as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, e as despesas com amortização da dívida.

O IFB não apresentou movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamento durante os terceiros trimestres de 2025 e 2024.

4.4 — Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Na União, em função da adoção do princípio da unidade de caixa, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa é igual ao resultado financeiro.

- Comparativo (Análise Horizontal): Houve uma reversão significativa
 no resultado, com uma geração líquida de caixa positiva de R\$
 3.057.722,21 em 2025, em contraste com um consumo líquido de R\$
 4.650.441,56 em 2024. Esse resultado robusto é consequência direta da
 manutenção de um fluxo operacional positivo e, principalmente, da forte
 redução no fluxo de investimento.
- Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo final de caixa e equivalentes aumentou 33,48%, passando de R\$ 15.557.652,70 ao final do terceiro trimestre de 2024 para R\$ 20.766.458,88 no mesmo período de 2025.

4.5 — Resumo da Análise

A análise da DFC do IFB do terceiro trimestre de 2025 indica uma performance financeira significativamente mais forte em comparação com o ano anterior, revertendo o consumo de caixa visto em 2024.



O resultado operacional manteve-se positivo e estável. A principal alavanca para a melhora do resultado global foi a expressiva diminuição dos desembolsos em investimentos (-53,43%). Essa combinação de fatores resultou em uma reversão na geração líquida de caixa e em um aumento substancial de 33,48% no saldo de caixa final.

Embora a posição de caixa tenha sido fortalecida, a acentuada redução nos investimentos é um ponto de atenção para a estratégia de expansão e modernização da instituição a longo prazo. A estrutura de fluxos de caixa mantém a alta dependência de transferências financeiras e a concentração de gastos na área da Educação.



5 — NOTA EXPLICATIVA DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.





TITULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASILIA - AUTARQUIA

ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2025

PERÍODO 3º TRIMESTRE (FECHADO)

EMISSÃO 30/10/2025

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS						
	2025	2024				
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	327.857.789,22	280.642.308,93				
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-				
Impostos	-	-				
Taxas	-	-				
Contribuições de Melhoria	-	-				
Contribuições	-	-				
Contribuições Sociais	-	-				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-				
Contribuição de Iluminação Pública	-	-				
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-				
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	94.279,56	181.432,20				
Venda de Mercadorias	-	63.591,00				
Vendas de Produtos	-	-				
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	94.279,56	117.841,20				
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	21,09	150,32				
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-				



Juros e Encargos de Mora	21,09	150,32
Variações Monetárias e Cambiais	-	_
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	309.941.818,81	275.570.983,25
Transferências Intragovernamentais	306.576.997,04	274.993.704,81
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	3.364.821,77	577.278,44
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	17.505.703,66	4.002.645,95
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	- 1
Ganhos com Incorporação de Ativos	245.191,54	13.465,28
Ganhos com Desincorporação de Passivos	17.260.512,12	3.989.180,67
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	315.966,10	887.097,21
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	315.966,10	887.097,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	338.742.661,77	298.590.821,22
Pessoal e Encargos	244.865.632,40	202.549.352,69
Remuneração a Pessoal	198.265.287,35	161.158.577,59
Encargos Patronais	32.636.677,94	28.821.765,06



Deserticion Pervidencials Deminstrace - Peaced el Piccorgins 9.431,51 9	ı	Benefícios a Pessoal	13.943.333,90	12.559.578,51
Aposentisotrose Petformas				
Persoloes 288 215.82 284 588.71		Beneficios Previdenciários e Assistenciais	7.115.421,64	5.886.458,18
Beneficios de Prestação Continuada	ŀ	Aposentadorias e Reformas	4.791.085,57	3.928.715,21
Bereficios Eventuas Politicas Públicas de Transferência de Renda		Pensões	298.215,92	284.638,71
Politicas Públicas de Transferência de Renda		Beneficios de Prestação Continuada	-	-
Outros Berneficios Previdenciários e Assistenciais 2.026.120.15 1.673.104.26 Uso de Berne, Serviços consumo de Capital Fixo 2.036.672.26 2.207.271.07 Serviços Mentrial de Consumo 2.036.672.26 2.207.271.07 Serviços Mentrial de Consumo 3.5176.069.87 34.000.300.16 Depreciação, Ameritização de Exaustão 6.454.221.24 6.145.229.65 Variações patrimoniala Dilimiturbusa Financeiras 3.385.82 4.672.96 Juros e Encargos de Emprésitimos e Financiamentos Obtidos . . Juros e Encargos de Mora 3.800.02 4.381.12 Variações patrimoniala Dilimiturbusa Financeiras 1.800.00 4.381.12 Descortos Financeiros Concedidos 1.49.00 3.11,84 Aportes so Barco Centrial . . Aportes so Barco Centrial . . Variaresferências e Delegações Concedidas 28.815.375.40 25.388.449.34 Transferências a Instituições Privadas 22.503.695.74 23.503.695.74 24.841.224.22 Transferências a Instituições Privadas 22.503.695.74 25.389.449.01 . . Transferências a Instituiç		Beneficios Eventuais	-	-
Uso de Bans, Serviços e Consumo de Capital Fixo 42,462,800,88 Uso de Material de Consumo 2,086,672,66 2,377,717,77 340,000,001,60 580riços 35176,609,87 34,000,001,60 580riços 5	ŀ	Politicas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Uso de Material de Consumo 2.036.072.26 2.307.271.07 Serviços Serviços 33.176.059.87 34.000.300.16 50.000.200.		Outros Beneficios Previdenciários e Assistenciais	2.026.120,15	1.673.104,26
Serviços		Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	43.666.953,37	42.452.800,88
Deprecisiquito, Amortização e Exaustão 6.454 221,24 6.145 229,85		Uso de Material de Consumo	2.036.672,26	2.307.271,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 3.955,82 4.672,96 Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		Serviços	35.176.059,87	34.000.300,16
Juros e Encargos de Emprésilimos e Financiamentos Obtidos - - - - - - - - -		Depreciação, Amortização e Exaustão	6.454.221,24	6.145.229,65
Juros e Encargos de Mora 3.806.02 4.361,12 Variações Monetárias e Cambiais		Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.955,82	4.672,96
Variações Monetárias e Cambiais 149,80 311,84 Aportes ao Banco Central 149,80 311,84 Aportes ao Banco Central - - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras - - Transferências a Delegações Concedidas 26,815,375,40 25,389,449,34 Transferências la Intergovernamentais 23,603,695,74 24,841,224,22 Transferências a Instituições Privadas 29,390,00 59,484,00 Transferências a Instituições Privadas - - Transferências a Consórcias Públicos - - Transferências ao Exterior - - Execução Orçamentária Delegada a Entes - - Outras Transferências e Delegações Concedidas 3,182,289,66 488,741,12 Desvalorização e Perda de Altivos e Incorporação de Passivos - - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas - - Perdas Involuntárias - - -		Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Descontos Financeiros Concedidos 149,80 311,84 Aportes ao Banco Central - - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras 2.815,375,40 25,389,449,34 Transferências e Delegações Concedidas 28,815,375,40 25,389,449,34 Transferências Intergovernamentais 23,603,695,74 24,841,224,22 Transferências a Instituições Privadas 29,390,00 59,484,00 Transferências a Constrcios Públicos - - Transferências a Constrcios Públicos - - Transferências a Delegações Concedidas - - Devalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 3,182,289,66 488,741,12 Devalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 10,802,283,42 14,842,400,03 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas - - Perdas Involuntárias - - - Perdas Involuntárias - - -		Juros e Encargos de Mora	3.806,02	4.361,12
Aportes ao Banco Central Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras Transferências e Delegações Concedidas 28.815.375,40 25.389.449,34 Transferências Intergovernamentais 23.603.695,74 24.841.224.22 Transferências Intergovernamentais 23.603.695,74 24.841.224.22 Transferências a Instituições Privadas 29.390,00 59.484,00 Transferências a Instituições Privadas 29.390,00 59.484,00 Transferências a Consórcios Públicos 20.300.00 Transferências a Consórcios Públicos 20.300.00 Transferências ao Exterior 20.400.00 Execução Orçamentária Delegada a Entes 20.400.00 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 20.3182.289,66 488.741,12 20.500.00 Perdas Involuntárias 20.400.00 Perdas Involuntárias		Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras -		Descontos Financeiros Concedidos	149,80	311,84
Transferências e Delegações Concedidas 26.815.375,40 25.389.449,34 Transferências Intragovernamentais 23.603.695,74 24.841.224,22 Transferências Intergovernamentais - - Transferências a Instituições Privadas 29.390,00 59.484,00 Transferências a Instituições Multigovernamentais - - Transferências a Consórcios Públicos - - Transferências ao Exterior - - Execução Orçamentária Delegada a Entes - - Outras Transferências e Delegações Concedidas 3.182.289,66 488.741,12 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 10.802.283,42 14.842.400,03 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas - - Perdas com Alienação - - Perdas Involuntárias - -		Aportes ao Banco Central	-	-
Transferências Intragovernamentais Transferências Intergovernamentais Transferências Intergovernamentais Transferências a Instituições Privadas Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências a Consórcios Públicos Transferências a Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas Involuntárias 23.603.695,74 24.841.224,22		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências Intergovernamentais Transferências a Instituições Privadas 29.390,00 59.484,00 Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências a Consórcios Públicos Transferências ao Exterior Execução Orçamentária Delegada a Entes Outras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias		Transferências e Delegações Concedidas	26.815.375,40	25.389.449,34
Transferências a Instituições Privadas 29.390,00 59.484,00 Transferências a Instituições Multigovernamentais - - Transferências a Consórcios Públicos - - Transferências ao Exterior - - Execução Orçamentária Delegada a Entes - - Outras Transferências e Delegações Concedidas 3.182.289,66 488.741,12 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos 10.802.283,42 14.842.400,03 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas - - Perdas om Alienação - - Perdas Involuntárias - -	İ	Transferências Intragovernamentais	23.603.695,74	24.841.224,22
Transferências a Instituições Multigovernamentais Transferências a Consórcios Públicos Transferências a Consórcios Públicos Transferências ao Exterior Execução Orçamentária Delegada a Entes Outras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias	İ	Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos - Transferências ao Exterior Execução Orçamentária Delegada a Entes Outras Transferências e Delegações Concedidas - Outras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias	ı	Transferências a Instituições Privadas	29.390,00	59.484,00
Transferências ao Exterior Execução Orçamentária Delegada a Entes Outras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias	İ	Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes Outras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias	İ	Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias 3.182.289,66 488.741,12 10.802.283,42 11.842.400,03 14.842.400,03 14.842.400,03 14.842.400,03 15.842.890,66 16.842.890,66 17.842.890,66 17.842.890,66 18.842.890,66 19		Transferências ao Exterior	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas - Perdas com Alienação Perdas Involuntárias	ı	Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas Perdas com Alienação Perdas Involuntárias		Outras Transferências e Delegações Concedidas	3.182.289,66	488.741,12
Perdas com Alienação Perdas Involuntárias		Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10.802.283,42	14.842.400,03
Perdas Involuntárias		Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
		Perdas com Alienação	-	-
Incorporação de Passivos 10,789,973,24 14,839,929,96		Perdas Involuntárias	-	-
		Incorporação de Passivos	10.789.973,24	14.839.929,96



Desincorporação de Ativos	12.310,18	2.470,07
Tributárias	89.311,89	83.283,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.361,30	12.787,15
Contribuições	71.950,59	70.496,28
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	5.383.727,83	7.382.403,71
Premiações	-	3.900,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	5.363.777,70	7.374.497,09
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	19.950,13	4.006,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-10.884.872,55	-17.948.512,29

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024



5.1 — Variações Patrimoniais Aumentativas

5.1.1 — Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

As variações patrimoniais aumentativas (VPAs) de exploração e venda de bens, serviços e direitos (conta contábil 4.3.0.0.0.00.00) representaram somente 0,03% das VPAs até o 3º trimestre de 2025. Em relação ao mesmo período em 2024, houve variação negativa de 48,04%.

No âmbito do IFB, essas VPAs são compostas principalmente por recolhimentos realizados por meio de GRU. Futuramente, espera-se um aumento desse valor, considerando que os recursos devolvidos por fundações executoras de projetos em parceria com o IFB serão tratados como receita de fonte própria, conforme orientação repassada pelo Ministério da Educação (MEC).

5.1.2 — Transferências e Delegações Recebidas

Por constituir a principal fonte de recursos do IFB, o grupo de transferências e delegações recebidas (conta contábil 4.5.0.0.0.00.00), representou 94,54% das VPAs até o 3º trimestre de 2025. Em relação ao mesmo período de 2024, houve variação positiva de 12,47%.

Ressalta-se que o saldo inclui transferências realizadas entre as Unidades Gestoras (UGs) do próprio órgão. Portanto, o valor de R\$ 309,94 milhões em 2025 deve ser analisado conjuntamente com as transferências e delegações concedidas (conta contábil 3.5.0.0.0.00.00), que incluem sub-repasses e transferência para pagamento de despesas inscritas em restos a pagar pelos campi. Essas concessões tiveram o valor de R\$ 30,06 milhões. O saldo positivo entre transferências e delegações recebidas e concedidas, representando o real valor transferido ao órgão, foi de R\$ 279,88 milhões.

5.1.3 — Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

O grupo de valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos (conta contábil 4.6.0.0.0.00.00) representou 5,34% das VPAs até o 3° trimestre de 2025.



O grupo teve o valor de R\$ 17,5 milhões. Em relação ao mesmo período de 2024, houve variação positiva de 337,35%. Os ganhos com desincorporação de passivos apresentaram o maior saldo, sendo composto principalmente por pagamentos de retenções de impostos de notas fiscais liquidadas e baixas realizadas pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO/MEC) devido às prestações de contas do IFB.

A análise do grupo deve ser realizada em conjunto com o grupo de desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos (conta contábil 3.6.0.0.0.00.00), que teve o valor de R\$ 10,8 milhões em 2025 — uma redução de 27,22% comparado ao mesmo período de 2024. O saldo positivo entre os dois grupos é de R\$ 6,7 milhões, visto que houve significativa execução das despesas por conta da concessão tempestiva de recursos financeiros ao IFB.

5.1.4 — Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O grupo de outras variações patrimoniais aumentativas (conta contábil 4.9.0.0.0.00.00) teve uma redução de 64,38% em relação ao mesmo período de 2024, representando apenas 0,1% das VPAs em 2025. Nas atividades do IFB, o grupo é composto principalmente por recolhimentos realizados por meio de GRU que são referentes a restituições de despesas de exercícios anteriores. Por serem referentes a competências de anos anteriores, esses rendimentos não são revertidos aos empenhos originais.

5.2 — Variações Patrimoniais Diminutivas

5.2.1 — Pessoal e Encargos

O grupo de pessoal e encargos (conta contábil 3.1.0.0.0.00.00) representou 72,29% das VPDs até o 3º trimestre de 2025, tendo representado 72,29% das VPDs. Em relação ao mesmo período de 2024, houve variação positiva de 20,89% no grupo. Com a reestruturação das carreiras e reajuste dos salários de servidores federais, houve aumento dos gastos com a folha de pessoal ao longo de 2025, o que implicou em



acréscimo nas despesas com remuneração a pessoal (conta contábil 3.1.1.0.0.00.00) e reflexos nas demais contas do grupo.

5.2.2 — Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo de benefícios previdenciários e assistenciais (conta contábil 3.2.0.0.0.00.00), composto principalmente por aposentadorias e pensões, representou 2,1% das VPDs até o 3º trimestre de 2025. Por ser um órgão relativamente novo, fundado em dezembro de 2008, o IFB possui um quadro pequeno de servidores aposentados e beneficiários de pensão.

5.2.3 — Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (conta contábil 3.3.0.0.0.00.00) representou 12,89% das VPDs até o 3º trimestre de 2025. Em relação ao mesmo período de 2024, houve variação positiva de 2,86%.

Entre os períodos, observou-se um aumento nas contratações de serviços de pessoas jurídicas por parte do IFB, que passaram de R\$ 33,52 milhões para R\$ 34,68 milhões. O aumento é justificado pela majoração de valores por meio de repactuações de contratos.

5.2.4 — Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

O grupo de outras variações patrimoniais diminutivas (conta contábil 3.9.0.0.0.00.00) representou 1,59% das VPDs até o 3º trimestre de 2025. Em relação ao mesmo período de 2024, houve variação negativa de 27,07%. A redução se deu principalmente pela diminuição das bolsas de estudo no país, que passaram de R\$ 6,99 milhões para R\$ 5,1 milhões.

5.3 — Resultado Patrimonial do Período

O IFB teve um resultado negativo de R\$ 10,88 milhões até o 3º trimestre de 2025. Em relação ao mesmo período de 2024, em que também houve resultado



negativo, houve uma redução de 39,36%. As variações patrimoniais negativas excedem as positivas devido ao registro de fatos sem impacto financeiro, como a depreciação e amortização de ativos, que, no período de 2025, tiveram o valor de R\$ 6,45 milhões.



RELATÓRIO DE INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS

	Aspectos da Informação Contábil (Item 5.1.3 da Macrofunção da Conformidado
	Contábil 02.03.15).
	1. Existência: todos os ativos, passivos e elementos do patrimônio líquido registrados existem e são da entidade.
•	SIM
•	° NÃO
	2. Ocorrência: todos os eventos registrados ocorreram.
•	⊙ SIM
•	C NÃO
•	
	3. Integralidade: todos os eventos que deveriam estar registrados foram registrados. Todos os ativos, passivos e patrimônio líquido foram registrados. *
•	© SIM
•	• NÃO
	4. Direitos e Obrigações: a entidade detém e controla os direitos e os passivos são obrigações da entidade.
•	• SIM
•	^C NÃO
	5. Exatidão, valorização e alocação: ativos, passivos e itens do patrimônio líquido estão incluídos nas demonstrações contábeis nos valores apropriados e quaisquer ajustes resultantes de valorização estão adequadamente registrados.
•	© SIM
•	^C NÃO



-		. ~		4	c	• 4 1		, 1	4 / 1 • 1	4
h	(orte	transaco	26 P	eventas	toram	registrad	ng nn	nerinda	contabil	correto
v.	COI tt.	ti ansaço		CILLOS	ioi aiii	i cgisti au	US IIU	perious	Contabii	corretto.

- © SIM
- [©] NÃO
 - 7. Classificação e compreensibilidade: eventos foram registrados nas contas corretas.
- © SIM
- NÃO



REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP - Disponível em: https://tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp

Brasil. Lei N°. 4320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm

Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Disponível em:http://tesouro.fazenda.gov.br/siafi

Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Tesouro Gerencial. Disponível em: < http://tesourogerencial.tesouro.gov.br>